



Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei: 161/2026.

Processo: 2255/2026.

Autoria: Thiago Henker.

Assunto: Inclui a “Semana Cultural da Arte da Tatuagem e do Tatuador” no calendário oficial do município de Vila Velha e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

A tramitação desta matéria teve início em 03/06/2026, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise e elaboração de parecer quanto aos seus aspectos Constitucionais e Redacionais.

Conforme determina os ensinamentos constitucionais e infralegais ao apresentar um Projeto de Lei deve vir acompanhado de sua justificativa, desse modo nas palavras do legislador proponente o presente Projeto de Lei tem como justificativa:

O presente Projeto de Lei visa instituir a Política Municipal de Valorização da Arte da Tatuagem, reconhecendo oficialmente a relevância cultural, artística, econômica e social da atividade exercida pelos profissionais tatuadores e body piercers. A escolha da semana do dia 20 de julho para a celebração não é aleatória. Esta data é emblemática, pois o dia 20 de julho é reconhecido nacionalmente como o Dia do Tatuador, prestando uma justa homenagem e alinhando o evento municipal com o calendário simbólico da categoria em todo o país. A arte da tatuagem consolidou-se como importante manifestação contemporânea de expressão artística, identidade cultural, liberdade individual e empreendedorismo criativo, movimentando significativa cadeia econômica composta por artistas, estúdios especializados, fornecedores, eventos e atividades correlatas. O setor da tatuagem vem apresentando crescimento contínuo no Brasil e no mundo, tornando-se importante segmento da economia criativa, gerador de renda, oportunidades profissionais e fortalecimento cultural urbano. Apesar da evolução social e profissional da categoria, ainda persistem preconceitos históricos relacionados à atividade, motivo pelo qual o Poder Público deve atuar na valorização institucional da profissão e no incentivo à qualificação, biossegurança e profissionalização do setor. A proposta também possui relevante





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

interesse econômico e turístico, possibilitando ao Município fomentar eventos, festivais e ações culturais capazes de movimentar o comércio local, incentivar artistas independentes e fortalecer o turismo criativo. Além disso, o projeto busca incentivar: – A capacitação profissional; – A conscientização sanitária; – O empreendedorismo; – A formalização de profissionais; – O desenvolvimento da economia criativa; – A inclusão cultural e artística. A proposta também incentiva a mais alta qualidade dos serviços, ao prever o reconhecimento e a divulgação pública dos estabelecimentos que já seguem rigorosamente as normas de biossegurança vigentes, fortalecendo a confiança da população e servindo como exemplo de excelência para todo o setor. Dessa forma, a presente proposição representa importante avanço na valorização da arte urbana, da cultura contemporânea e dos profissionais que contribuem para o desenvolvimento artístico e econômico do Município. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante projeto.

A seguir, analisaremos os requisitos legais do projeto para verificar se há algum vício formal ou material que impeça seu prosseguimento legislativo. Caso não haja, o projeto seguirá seu trâmite conforme o Regimento Interno da Câmara.

II - PARECER DO RELATOR

Inicialmente, ao ser feito uma análise sobre a legalidade e constitucionalidade de um Projeto de Lei Municipal deve ser observado as regras e princípios da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de Vila Velha (LOM/VV). A presente análise se inicia com as regras infraconstitucionais, posteriormente adentrando nos ensinamentos constitucionais.

Antes, para contribuir com a presente análise a doutrina pátria explana sobre as tipologias das inconstitucionalidades e quando uma matéria incorre em vício, inicialmente ensina André Ramos Tavares:

“A primeira ocorrência recebe a denominação de inconstitucionalidade material, substancial ou intrínseca. A segunda, por seu turno, é denominada inconstitucionalidade formal, ou extrínseca. A nomenclatura intrínseca/extrínseca, como se percebe, toma como critério a própria lei. Assim, se o conteúdo (aspecto intrínseco) não estiver de acordo com o conteúdo constitucional, há





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

inconstitucionalidade material”. Ao contrário, se o conteúdo estiver em coerência com o conteúdo constitucional, mas considerada a lei pela ótica de como se originou, observa-se que houve o desatendimento de condições constitucionais (que fazem parte, evidentemente, do conteúdo da Constituição), há uma inconstitucionalidade de cunho meramente formal, extrínseco ao conteúdo da lei (Tavares, André Ramos Curso de direito constitucional / André Ramos Tavares. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Explica também, Gilmar Mendes:

"A inconstitucionalidade pode ser material, quando o conteúdo da norma fere a Constituição, ou formal, quando há desrespeito ao processo legislativo previsto na Constituição." (Curso de Direito Constitucional, 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2023.)

Além da observância aos requisitos formais e materiais, é fundamental que toda norma respeite os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Nesse sentido, o Art. 37, caput, da Constituição Federal, estabelece que:

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).*

Dito isso, ao analisar as regras previstas na Lei Orgânica Municipal do município de Vila Velha (LOM/VV) é possível notar que a presente proposta está em consonância com a competência legislativa concedida aos Vereadores, não há vício de iniciativa (formal), quando o legislador adentra em matéria que é de competência privativa do chefe de Poder Executivo Municipal, o comando legal que versa sobre a matéria é o art. 34, p.º, I, II, III, da LOM/VV, veja:

Art. 34 *A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos legais.*

Parágrafo Único - *São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:*

I - *criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta ou fundacional, bem como regime jurídico de seus servidores, aumento de sua remuneração, vantagens e aposentadoria;*





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

II - organização administrativa do Poder Executivo e matéria orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 44/2011)

III - criação de Guarda Municipal e fixação ou modificação de seus efetivos.

Logo, na esfera da análise municipal não há nenhum óbice legal. Superada a análise no plano municipal é necessário analisar-se os ditames da Constituição tanto a Estadual como a Federal.

Nessa linha de raciocínio a Constituição Estadual¹ e Federal² em seus arts. 28, I e 30, I, respectivamente expõem que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, encaixando-se perfeitamente com a presente proposta.

Nessa baila, ensina Celso Antônio Bandeira de Melo que:

"O critério para delimitação da competência legislativa municipal é o interesse local. Sempre que um tema for preponderantemente de interesse da municipalidade, cabe ao ente local legislar sobre ele." (Curso de Direito Administrativo, 34ª ed., São Paulo: Malheiros, 2019.)

Diante do exposto, não se identificam vícios formais ou materiais no presente Projeto de Lei, que respeita os princípios da Constituição Federal, Estadual e da Lei Orgânica Municipal. Assim, a Comissão de Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento regimental da proposta.

¹ **Art. 28.** Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

² **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;





Estado do Espírito Santo
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”
“Deus seja Louvado”

III - PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A **Comissão de Justiça e Redação** entende ser o Projeto de Lei nº **161/2026**, *legal* e *constitucional*, sendo, portanto, favorável ao prosseguimento regimental interno.

Vila Velha/ES, 30 de junho de 2026.

IVAN CARLINI

Presidente/Relator

DR. HÉRCULES

Membro

DEVACIR RABELO

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340036003900360033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **VEREADOR IVAN CARLINI** em **01/07/2026 10:22**

Checksum: **175919C89DE62AC72B5CAFF10E60B302F3C50E58354BDF388E79608C58AF62E4**

Assinado eletronicamente por **VEREADOR DOUTOR HÉRCULES** em **03/07/2026 17:03**

Checksum: **6AC8ADD643A4F9338959DD4B4237B1ED2A9F81A3D51807B883B78042448BD4FD**

